



Relatório INSP-2019-0186 BI-2019-0177

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 05/11/2019 **Hora:** 9:10 **Tipo:** Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: António MR. Moutinho

Outros inspetores da IRA: Luís MAS. Machado

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto, no âmbito do plano de atividades.

Durante a Inspeção fomos acompanhados pelo Dr. Nuno Moniz Mota, diretor do matadouro e pelas técnicas Alexandra Patrícia Almeida Coelho Soares e Marina Paula Arruda Medeiros Brum, do departamento de qualidade.

O matadouro faz o abate de bovinos, suínos, aves (galinhas, patos e perus), pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) e coelhos.

O matadouro tem 3 linhas de abate distintas. Uma para bovinos também utilizada no abate de pequenos ruminantes, uma para suínos e outra para aves, parcialmente utilizada no abate de coelhos.

Foram solicitados dados relativos à empresa, ao consumo dos diversos tipos de energia, ao consumo dos diferentes fatores de produção, à produção de carcaças de animais e ambientais.

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA) **NIPC/NIF:** 512021155

Sede/morada: Rua do Passal, n.º 150

Código Postal: 9501-096

Freguesia: Ponta Delgada (São Sebastião)

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Matadouro de São Miguel

Endereço: Rua Joaquim Marques, S/N

Código Postal: 9500-049

Freguesia: Pico da Pedra

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade principal: 84130 - Administração pública - atividades económicas

Outras atividades: 10110 - Abate de Gado (Produção de Carne); 10120 - Abate de Aves (Produção de Carne)

Período de funcionamento: Das 8 horas às 16 horas, durante os 12 meses.

Licenciamento da atividade: Licença Ambiental nº 1/2017/DRA; NCV PT A88 CE; Licença de Laboração Classe "A"; Licença de Utilização n.º 64/2007.

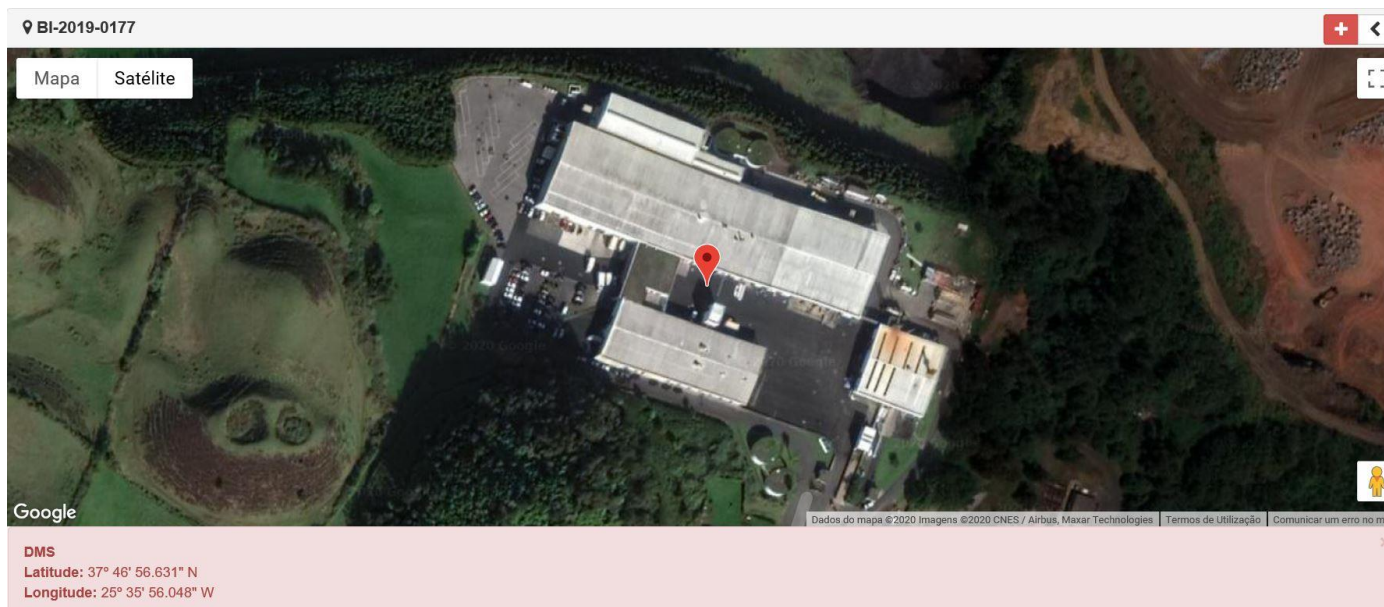


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação está abrangida pelo regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP). Possui uma capacidade de produção de carcaça igual ou superior a 50 Ton/dia definidos no ponto 7.4 a) do anexo III do DLR nº 30/2010/A de 15 de novembro.

A instalação está abrangida pelo regime de Registo de Emissões e Transferência de Poluentes (PRTR). Capacidade de produção de carcaças igual ou superior a 50 Ton/dia definidos no ponto 8 a) da parte 1 do anexo VI do DLR nº 30/2010/A de 15 de novembro.

A empresa está abrangida pela Licença Ambiental n.º 1/2017/DRA, de 3 de janeiro de 2017, válida até 3 de janeiro de 2020. Não solicitou a renovação da Licença Ambiental dentro do prazo legal, nº 1 do art.º 64º do DLR nº30/2010/A de 15 de novembro. A renovação só foi solicitada a 3 de janeiro de 2020.

A incineradora foi desativada em 2017, para manutenção e nunca mais foi ativada. Desde esta data, os subprodutos de origem animal de categoria 1 não são sujeitos a incineração, conforme estipulado no art.º 12 do Regulamento nº 1069/2009, de 21 de outubro, sendo encaminhados, após trituração e esterilização/desidratação, para o aterro da MUSAMI, com os restantes subprodutos processados na Unidade de Tratamento de Subprodutos (UTS).

O matadouro deixou de fazer a incineração dos produtos transformados de origem animal de categoria 1.

No ano de 2018 a instalação abateu 39 280 bovinos a que correspondeu 7 854,1 Ton. de carcaça, 43 681 suínos a que correspondeu 3 735,1 Ton. de carcaça, 405 caprinos a que correspondeu 4,94 Ton. de carcaça, 38 ovinos a que



correspondeu 0.47 Ton. de carcaça, 3 042 441 aves a que correspondeu 3 654,3 Ton. de carcaça e 5 526 outros (4 820 coelhos, 513 patos e 193 perus) a que correspondeu 7,93 Ton. de carcaça (6,58 Ton. coelhos, 0,70 Ton. patos e 0,65 Ton. perus).

No ano de 2019, até outubro a instalação abateu 33 217 bovinos a que correspondeu 6 921,8 Ton. de carcaça, 42 192 suínos a que correspondeu 3 520,3 Ton. de carcaça, 276 caprinos a que correspondeu 3,45 Ton. de carcaça, 33 ovinos a que correspondeu 0.48 Ton. de carcaça, 2 671 853 aves a que correspondeu 3 220,4 Ton. de carcaça e 5 526 outros (4 594 coelhos, 593 patos e 123 perus) a que correspondeu 7,84 Ton. de carcaça (6,61 Ton. coelhos, 0,79 Ton. patos e 0,43 Ton. perus).

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☐ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	art. 60.º Lei 58/2005	Não aplicável	
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não aplicável	

Faz aproveitamento das águas pluviais provenientes do telhado do edifício principal e águas recuperadas no processo de arrefecimento do permutador, que utilizam para a rega dos espaços verdes, lavagens de zonas exteriores e zonas sujas.

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Vestiários, refeitório, WC, lavandaria.	ETARI(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A	----		



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais		ETARI(*)-sistema de tratamento biológico de lamas ativadas.	Solo

(*)-ETARI descrita na Licença de Descarga de Águas Residuais Alvará n.º AR/2016/55.

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☐ Não produz lamas de depuração
- ☒ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☒ Operador de gestão de resíduos; Musami – Operações Municipais do Ambiente, EIM, SA
 - ☐ Valorização agrícola;
 - ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	art. 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º AR/2016/55, válido durante a vigência da LA.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007	Cumprido parcialmente	Não fizeram monitorização ao parâmetro “óleos minerais”. Não fizeram monitorização ao parâmetro “Cloro Residual total”, em janeiro de 2019, Relatório de ensaio n.º 1226/2019.
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	A condição 23 determina o envio dos boletins com periodicidade mensal. Os boletins foram enviados sem respeitarem esta periodicidade: O ofício SAI-MATSMI/2019/65, de 11/02/2019, envia os boletins referentes aos meses setembro, outubro, novembro e dezembro de 2018; O ofício SAI-MATSMI/2019/260, de 06/05/2019, envia os boletins referentes aos meses janeiro, fevereiro e março de 2019; O ofício SAI-MATSMI/2019/406, de 31/07/2019, envia os boletins referentes aos meses abril, maio e junho de 2019. O ofício SAI-MATSMI/2019/605, de 21/11/2019, envia os boletins referentes aos meses julho, agosto e setembro de 2019.
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Segundo informação do responsável ocorreu entupimento da tubagem na ETARI, não comunicaram avaria nem foi registada em documento Interno.
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não cumprido	Incumprimento aos VLE, descritos na tabela 1. Incumprimento do ponto 20, entre out. de 2018 e setembro de 2019 nunca foram enviadas as medições do caudal.
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art. 43.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Encaminhamento para a MUSAMI
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art. 48.º DLR 18/2009/A	Cumprido	Faz análises às lamas, não encaminha para valorização agrícola.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art. 53.º DLR 18/2009/A	Cumprido	2º Semestre de 2018: DSR/32.0.40/1/InfLamas/092, a 31-01-2019; 1º Semestre de 2019: DSR/32.0.40/1/InfLamas/102, a 17-07-2019.

Tabela 1

Parâmetro	VLE Alvará AR/2016/55	Recolhas 2018/2019											
		25.10* Rel. nº 16745/2018	26.11* Rel. nº 18481/2018	19.12* Rel. nº 20048/2018	31.01* Rel. nº 1226/2019	13.02* Rel. nº 1917/2019	25.03* Rel. nº 4433/2019	15.04* Rel. nº 5854/2019	13.05* Rel. nº 12320/2019	11.06* Rel. nº 13801/2019	29.07* Rel. nº 16343/2019	27.08* Rel. nº 17410/2019	30.09* Rel. nº 19273/2019
pH (escala de Sorensen)	6 a 9	7,8	7,6	7,6	7,4	7,4	7,1	7,9	7,1	6,8	7,1	7,5	6,9
CQO (mg/l O ₂)	125	570	330	111	790	154	96	85	93	210	182	48	159
CBO ₅ (mg/l O ₂)	40	129	53	<12,3	201	47	14	16	<12	<30,7	46	<4,6	70
SST (mg/l)	60	222	122	22	300	10	24	9	<30	80	<46	<21	34
Óleos e gorduras (mg/l)	15	9,7	6,0	<5,0	19	<5,0	<5,0	<0,5	<5	20	11	<5	<5
Cloro residual total (mg/l)	1	0,2	>4	0,7	---	0,3	<0,1	0,1	0,4	0,6	0,5	2,2	3,4
Azoto Total (mg/l N)	40	89	14	66	91	118	51	49	78	56	66	41	56
Fósforo Total (mg/l P)	5	15,4	2,22	1,04	1,11	<0,16	<1,16	<0,16	<0,16	0,30	<0,16	<0,16	<0,16
Óleos minerais ⁽⁺⁾ (mg/l)	15	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

(*) data da recolha. Recolha efetuada pelo operador; (+) autocontrolo com frequência **semestral**; a **laranja** os incumprimentos aos VLE.

Fotos:



Foto 1 - Sistema de gradagem à entrada da ETARI.



Foto 2 – Tanque de homogeneização após tamisagem na zona da ETARI, sem funcionamento.

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	Oficina de manutenção, sala de abate.	Operador de gestão de resíduos Invólucros não foram encaminhados	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de resíduos produzidos	Origem (operação/atividade)	Encaminhamento	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	Oficina de manutenção, caldeiras e estruturas.	Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos hospitalares		Operador de gestão de resíduos	
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	WC, refeitório, edifício administrativo e estruturas (lâmpadas fluorescentes)	Operador de gestão de resíduos	

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.	n.º 5, art. 11.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Verificou-se mistura de plástico, cartão, tubos de PVC, em dois contentores de resíduos indiferenciados. (fotos 3)
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.	Art. 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.	n.º 3, art. 15.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Não encaminha invólucros e óleos minerais usados à mais de um ano.
d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.	Art. 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.	Art. 36.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.	Art. 38.º e 39.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Aprovado em 2012-07-06.
g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.	Art. 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Não cumprido	Na oficina verificou-se a mistura de resíduos contaminados com substâncias perigosas com resíduos não contaminados. (foto 4)
h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.	Art. 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.	Art. 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art. 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Os gradados devem ser classificados com o código 19 08 01 – Gradados.
k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.	Art. 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.	Art. 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Submetido a 2019-02-12. O mapa do SRIR 2018 e 2019 tem imprecisões relativamente à classificação dos resíduos resultantes da gradagem à entrada da ETARI, devem passar a classifica-los como 19 08 01 – Gradados, em vez de 02 02 99 - Outros resíduos não anteriormente especificados.
n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.	Art. 182.º e 183.º DLR 29/2011/A	Cumprido	Certificado n.º 2018/0000694, EMB/0012546.
o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares.	Art. 19.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.	Art. 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.	Art. 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.	Art. 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Não cumprido	Existência de 2 VFV junto ao edifício dos subprodutos.
s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.	DL 67/2014	Cumprido	
t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados.	Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	

Fotos:



Foto 3 – Mistura de resíduos: plástico, cartão, PVC, com resíduos indiferenciados.



Foto 4 – Mistura de resíduos perigosos (contaminados) com resíduos não perigosos (papel, plástico e indiferenciados).



Foto 5 – Invólucros não encaminhados à mais de um ano.



Foto 6 – Veículos em Fim de Vida.

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Fuelóleo
DU - Utilizador final	Gasóleo
DU - Utilizador final	GPL



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Hipoclorito de Sódio
DU - Utilizador final	P3-Topax 66
DU - Utilizador final	P3-Topax 91

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	A responsabilidade pelo registo é do fabricante ou importador.
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	Responsabilidade do embalador.
d) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não verificado	
e) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Não aplicável	Responsabilidade do fornecedor.
f) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	Responsabilidade do fornecedor.
g) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	Utilização prevista nos cenários de exposição.
h) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Cumprido	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
2 Geradores de vapor	Pontual	Atividade industrial	
Unidade de tratamento de subprodutos	Difusa	Atividade industrial	Sistema de desodorização não funciona.
1 Incinerador	Pontual	Atividade industrial	Não está a funcionar desde 2017.
1 Chamuscador	Pontual	Atividade industrial	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	O sistema de recolha dos gases do sistema de tratamento de subprodutos está inoperante.
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Cumprido parcialmente	O sistema de desodorização associado à UTS não funciona.
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Cumprido	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	O incinerador foi desativado em 2017.
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	Os resultados da segunda campanha de 2018 realizada a 25 de setembro, foram comunicados a 15 janeiro de 2019; Os resultados da primeira campanha de 2019 realizada a 05 de julho, foram comunicados a 25 novembro de 2019; Os resultados da segunda campanha de 2019 realizada a 05 de novembro, foram comunicados a 13 janeiro de 2020.
f) Cumprimento dos valores limite de emissão (VLE) aplicáveis.	Art. 51.º, 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não cumprido	1ª campanha de 2018 (Relatório nº LCA.2018.171), não cumpre com o VLE para o parâmetro “Dióxido de Enxofre” (SO ₂) nos 2 geradores. 2ª campanha de 2018 (Relatório nº LCA.2018.293), não cumpre com o VLE para o parâmetro “Partículas” (PTS) nos 2 geradores. 3ª campanha de 2018 (Relatório nº LCA.2018.391), não cumpre com o VLE para o parâmetro PTS para o gerador n. 2. 1ª campanha de 2019 , não cumpre com o VLE para o parâmetro PTS, no gerador 1 (Relatório nº 864.19/MSM-cl1) e não cumpre com os VLE para os parâmetros: PTS e Níquel (Ni) no gerador 2 (Relatório nº 865.19/MSM-cl2). 2ª campanha de 2019 , não cumpre com os VLE para os parâmetros PTS e Ni no gerador 1 (Relatório nº 1689.19/MSM-cl1) e não cumpre com o VLE para o parâmetro PTS no gerador 2 (Relatório nº 1690.19/MSM-cl2). Na 1ª e 2ª campanha de 2019, não é monitorizado o parâmetro COV, conforme determina a LA, mas sim o parâmetro COT.
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Depois da 2ª campanha de 2018, foram realizadas afinações e intervenções nos 2 geradores, de forma a reduzir os VLE. Foi realizada nova monitorização. (3ª campanha de 2018)
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não verificado	
i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.	n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A	Cumprido	Mantém um registo atualizado para o gerador de emergência.

Os Relatórios de Ensaio das emissões gasosas, fazem referência à legislação nacional, não fazendo referência à a legislação aplicada na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho e a Portaria n.º 95/2016, de 9 de setembro.



Fotos:



Foto 7 – O sistema de recolha dos gases do sistema de tratamento de subprodutos está inoperante.



Foto 8 – Incinerador desativado

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	Panasonic; Modelo: CU-PW9GKE; N.º de série: 7528348725 Altas Copco; Modelo: FX15 (A 13); N.º de série: ITJ106361	R-410A, 0,8 kg (1,67 Ton CO ₂); R-410A, 2,05 kg (4,28 Ton CO ₂).
5 ≤ TECO ₂ < 50	Bitzer; Modelo: 4EC-6.2Y-40S; N.º de série: 1672104573 DWM-Copeland; Modelo: DLPS-30X-EWL; N.º de série: 2363604	R-449A, 13,0 kg (18,16 Ton CO ₂); R-449A, 6,0 kg (8,38 Ton CO ₂).
50 ≤ TECO ₂ < 500	----	
TECO ₂ ≥ 500	----	

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Cumprido	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Cumprido	Técnico: Paulo Sérgio Garcia Homem, certificado CENTERM nº FLU 1543. Empresa: ColdWeen, Unipessoal, Lda., certificado CERTIF Associação para a Certificação nº SAC-0995/2017.
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Cumprido parcialmente	Registo não atualizado.
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Cumprido	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	----	
3 ≤ Carga < 30	----	
30 ≤ Carga < 300	----	
Carga ≥ 300	----	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Zona industrial, sem recetores sensíveis	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacte ambiental.	n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	

9 – Instalações sujeitas a outros regimes

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Cumprido	DRA/RAA/2018/mat005, 31-10-2019
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Cumprido	Submetido por e-mail a 17/05/2019



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não cumprido	1-Até final de 2018 deve dotar a fonte FF4 de monitorização em contínuo. Não foi instalada monitorização em contínuo; 2-Deverá ser efetuado e mantido um registo completo dos resíduos produzidos na instalação. Não é efetuado o registo à produção de resíduos indiferenciados; 3-O operador alterou o funcionamento da Unidade de Tratamento de Subprodutos, pela desativação do incinerador desde 2017, sem comunicar à Autoridade Ambiental.
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
f) Renovação da LA nº 1/2017/DRA	n. 1 do art.º 64º DLR 30/2010/A	Não cumprido	Não solicitou a renovação nos 180 dias antes da data do termo do prazo nela fixado.

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Cumprido	Pest Control

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Sim	Tem 2 sistemas
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não aplicável	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não aplicável	
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	Consultado o sítio na internet da DGS (www.dgs.pt) – acesso 11-05-2020 – não estava ainda disponível informação sobre a entrada em funcionamento da plataforma eletrónica de registo; também ainda não tinha sido publicado o despacho previsto no n.º 1 do artigo 7.º da Lei. A inexistência desta informação e despacho compromete a eficácia das obrigações do operador, nos termos do artigo 26.º da Lei n.º 52/2018.
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018		Segundo informação prestada pelo Dr. Nuno Moniz Mota, foi solicitado um orçamento para a elaboração do plano de prevenção e controlo.
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

1. Instalação sujeita a licenciamento ambiental (PCIP)

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro de Responsabilidade ambiental, com a companhia Açoreana Seguros, Apólice nº 0004764141, válida para o ano de 2019.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

- A falta de instalação por parte do titular da licença de um programa de monitorização (não fazem monitorização ao parâmetro “óleos minerais” e não fizeram monitorização ao parâmetro “Cloro Residual total”, em janeiro de 2019) adequado às respetivas utilizações sempre que essa instalação seja exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título de utilização de recursos hídricos, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;



- c) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (condição geral 11, comunicação de anomalia no prazo de 24 horas à autoridade ambiental), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- d) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (condição específica 19, incumprimento do Valor Limite de Emissão), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- e) Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos (condição específica 20, enviar à autoridade ambiental as medições do caudal com a frequência mensal), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;
- f) Incumprimento do dever de separação na origem dos resíduos produzidos (conforme descrito no ponto 5.2 alínea a) e foto 3), de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras em violação do disposto no n.º 5, artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- g) A realização, sem título, de operação de gestão de resíduos sujeitas aos regimes de licença (armazenamento de resíduos no local de produção, por período superior a um ano), em violação do disposto no n.º 3 do art.º 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 229.º do diploma citado;
- h) Incumprimento da proibição de efetuar a mistura de resíduos perigosos com outras categorias de resíduos (conforme descrito no ponto 5.2 alínea g) e foto 4), em violação do disposto no n.º 1 do artigo 41.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na subalínea v) da alínea f) do n.º 1 do artigo 229.º do diploma citado;
- i) O incumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos Veículos em Fim de Vida (VfV), a quem caiba essa responsabilidade, nos termos previstos no artigo 12.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea c) do n.º 2 artigo 229.º do diploma citado;
- j) O incumprimento da obrigação de adoção das medidas de minimização das emissões difusas (o sistema de recolha dos gases do sistema de tratamento de subprodutos está inoperante), em violação do disposto no artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;



- k) A violação das normas de operação dos sistemas de tratamento de efluentes gasosos (o sistema de desodorização não funciona) previstas no artigo 45.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;
- l) O incumprimento das 3 comunicações dos resultados do autocontrolo ao efluente gasoso à autoridade ambiental, no prazo de 60 dias seguidos (da 2ª campanha de 2018, da 1ª campanha de 2019 e da 2ª campanha de 2019), em violação do disposto no artigo 57.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 93.º, do diploma citado;
- m) O incumprimento do valor limite de emissão (VLE) (descrito no ponto 7.1.2 alínea f)), em violação do disposto no artigo 51.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental grave, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 93.º, do diploma citado;
- n) O incumprimento de manter um registo atualizado dos equipamentos que contêm gases fluorados com efeito de estufa, em violação do disposto no artigo 6º do Regulamento (CE) nº 517/2014 de 16 de abril;
- o) Incumprimento das condições impostas na licença ambiental LA n.º 1/2017/DRA, no que respeita:
 - 1-“Quanto à fonte FF4 (incinerador) o operador dispõe até ao final de 2018 para dotar a referida fonte de monitorização em contínuo.” O operador não dotou a fonte FF4 de monitorização em contínuo (ponto 2.2.1.4., último parágrafo da página 10);
 - 2-Deverá ser efetuado e mantido um registo completo dos resíduos produzidos na instalação. O operador não faz registo relativamente aos resíduos indiferenciados (ponto 2.3.3);
 - 3-As atividades realizadas na instalação PCIP devem ser exploradas e mantidas de acordo com o projeto aprovado e com as condições estabelecidas nesta LA. O operador alterou o funcionamento da Unidade de Tratamento de Subprodutos, pela desativação do incinerador desde 2017.

O incumprimento das condições impostas pela licença ambiental constitui contraordenação ambiental grave, nos termos da alínea h), do n.º 2 do art.º 123.º do DLR n.º 30/2010/A, de 15 de novembro.;
- p) O incumprimento, pelo operador, da obrigação de requerer à autoridade ambiental, através da entidade licenciadora, a renovação da licença ambiental, até 180 dias antes da data do termo do prazo nela fixado, em violação do disposto no nº 1 do artigo 64.º do Decreto Legislativo Regional nº 30/2010/A, de 15 de novembro, configurando assim a prática de uma contraordenação ambiental leve prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 123.º do diploma citado.



11 – Indicações e medidas adotadas

Indicações transmitidas:

Durante a ação inspetiva foi comunicado ao operador, que deveria informar a autoridade ambiental sempre que houvesse alterações ao processo industrial, às instalações, ou verificasse qualquer incumprimento das condições da LA.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☒ Outras: 1-Por se tratar de uma instalação abrangida pelo regime PCIP, envio do relatório à Direção Regional do Ambiente para conhecimento.

2-O operador deverá solicitar aos laboratórios que procedem à monitorização e análise dos parâmetros do efluente gasoso, que utilize nos boletins para referência, a legislação aplicada na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente o Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho e a Portaria n.º 95/2016, de 9 de setembro.